



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
 Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2016
-------------	-------------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR BRENO MEDEIROS
--------------------	-------------------------------------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
---------------------------	------------------

MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
--------------------	-----------------------

UNIDADE CORRECIONADA	18ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA
-----------------------------	--

DATA DE INSTALAÇÃO DA VT:	24/01/2013
----------------------------------	-------------------

JUIZ TITULAR:	MARILDA JUNGSMANN GONÇALVES DAHER
----------------------	--

TITULAR DESDE:	24/01/2013
-----------------------	-------------------

DATA DE INSTAÇÃO PJE:	24/01/2013
------------------------------	-------------------

PERÍODO CORRECIONADO:	1º/08/2015 à 31/07/2016
------------------------------	--------------------------------

EQUIPE CORRECIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Bruno Barbosa Dib	Assistente
Fernando Henrique Barbosa Borges Moreira	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Luana Carvalho Arantes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 –DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2013	2014	2015	2016**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	1.939	2.266	2.238	1.191
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	1.383	1.866	2.077	1.083
3	Produção	71%	82%	93%	91%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	1.106	2.023	1.884	1.006
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	435	540	703	822
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	832	1.086	1.431	1.613
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	27%	29%	29%	43%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	29%	31%	25%	43%
9	Execuções iniciadas	7	354	327	191
10	Execuções encerradas	0	54	109	68
11	Execuções baixadas	7	129	174	120
12	Execuções pendentes de encerramento	0	183	336	414
13	Execuções pendentes de finalização	0	205	346	460
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	0	31	18	9
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	71%	69%	72%	83%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	71%	85%	80%	88%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	43%	41%	40%	39%
18	Índice de conciliação da unidade	45%	43%	38%	41%

* Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

** Dados do exercício 2016 referem-se aos meses de janeiro a junho.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	MARILDA JUNGSMANN GONÇALVES DAHER
Juiz Auxiliar	GLENDIA MARIA COELHO RIBEIRO

2.2 – Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O Juiz (iza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	X
Auxiliar fixo	X	X	X	X	X

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4
---	---

2.4.2 – Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em sistema de revezamento? Em caso afirmativo, especifique a forma de revezamento.	SIM	NÃO
		X
Forma de revezamento:		

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário		X

2.4.4 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	129
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	215

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 – Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	535
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	104
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	0

* Dado apurado em 16/08/2016.

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	54
--	----

* Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 – Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar	-	-

2.6.3 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	26	0
Sentença na fase executória	5	0
Embargos de declaração	19	0

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			0

3 – PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE***3.1 – Entrega da prestação jurisdicional**

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	42	60
Ordinário	136	148

3.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional**	No período correccionado
Sumaríssimo	9	9
Ordinário	11	20

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correccionado
	1	9

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correccionado
	1	1

3.5 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correccionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	1	1
Atualização de cálculos	1	1
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	-	-

3.6 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

Rito	Prazo médio	
	Na última visita correcional **	No período correccionado
Sumaríssimo	24	40
Ordinário	57	45

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**4.1 – Estrutura da Secretaria****4.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
Fábio Rezende Machado	Diretor de Secretaria	Efetivo
Antônio Carlos Paiva de Souza		Efetivo
Barbara Barbosa Damasceno	Assistente de Juiz	Efetiva
Carlos Augusto Alves da Silva		Efetivo
Fabiana Ferreira da Costa Araújo		Efetiva
Larissa da Rocha Barros Lima		Efetiva
Leonardo Bernardes Alves		Efetivo
Marcele Leão Barroca	Secretária de Audiências	Efetiva
Marcella Faria Brito	Assistente de Diretor	Efetiva
Maria Angela Staciarine	Secretária de Audiências	Efetiva
Maria Aparecida Prudente de Souza	Assistente II	Efetiva
Paula Cristina de Bessa Ferreira	Assistente de Juiz	Cedida Municipal

* A unidade possui claro de lotação.

4.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	18
Notebooks	3
Impressoras	1
Multifuncionais	1
Fax	X
Digitalizadora	1
Leitores óticos	1

4.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em <i>softwares</i> homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	X
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	-

5 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento dos andamentos estatísticos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, execução iniciada, execução encerrada, liquidação iniciada, liquidação encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidades e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		Exceto os movimentos de suspensão do processo por execução frustrada e extinção da execução.
2	A unidade procede à retificação dos movimentos/andamentos lançados no sistema informatizado, conforme constatado nas correições permanentes, nos termos do Ofício Circular SCR nº 11/2013?	X		
3	A unidade procede ao lançamento concomitante, no SAJ18, dos andamentos relativos aos prazos afetos aos magistrados, tais como encerramento de instrução, férias de magistrados, lançamento de solução, dos processos que tramitam no Sistema PJe-JT, conforme Ofício-Circular TRT 18ª SCJ nº 16/2013?	X		
4	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do PGC?	X		
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos art. 163 do PGC?	X		
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?		X	
7	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do PGC)?		X	

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	X		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	X		
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.		X	
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?	X		
12	A Unidade possui Juiz Auxiliar? Em caso afirmativo, informar com qual periodicidade há o revezamento entre o Juiz Titular e o Juiz Auxiliar na realização das audiências (diário, semanal ou mensal?).	X		Não há revezamento.
13	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução?	-	-	As audiências iniciais/unas estão sendo marcadas para setembro de 2016 nos ritos sumaríssimo e ordinário. As audiências de instrução estão sendo marcadas para fevereiro de 2017 em ambos os ritos.
14	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?	X		
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?		X	
16	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	X		
18	A Secretaria da Vara procede à transferência do valor correspondente ao depósito recursal para a conta judicial, logo após o trânsito em julgado, conforme Recomendação TRT18ª SCR nº 1/2014 ?		X	
19	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 174 do mesmo diploma normativo?	X		
20	A unidade obedece o disposto no art. 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	X		
21	A Secretaria da Vara expede ofícios à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 3º do PGC ?	X		
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea “j” da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo “observações” com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		Mensalmente.
23	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e enviar à equipe correicional)	X		
24	A unidade procede, periodicamente, à revisão dos processos não alimentados, não validados ou com lançamentos que impedem a inclusão no BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, conforme orientação constante das Mensagens SCJ nºs 30/2012 e 32/2012?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
25	No caso da unidade proceder à distribuição de mandados judiciais, é utilizado o Sistema de Mandados Judiciais Eletrônicos para a distribuição dos mandados, conforme Ofício Circular SCJ nº 40/2013?	-	-	
26	A unidade alimenta o sistema de registro de bens penhorados, conforme Ofício Circular SCJ nº 401/2013?		X	
27	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do PGC?	X		
28	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 195 do PGC?		X	
29	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, como, por exemplo: utilização de todos os convênios previstos no artigo 159 do PGC, expedição de mandado de penhora e avaliação de bens, desconsideração da personalidade jurídica e expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis, antes de suspender a execução, conforme Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho?	X		
30	A Secretaria da Vara obedece ao prazo de 20 (vinte) dias entre a publicação do edital e a realização da praça/leilão, conforme previsto no artigo 888 da CLT ?	X		
31	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	X		
32	Nas execuções frustradas, quando não for localizado o devedor ou não forem encontrados os bens passíveis de constrição, o Juízo utiliza o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6.830/80 (Lei de Execução Fiscal), aplicando a prescrição intercorrente, nos termos do artigo 161 do PGC? (No campo observações especificar se o procedimento é adotado tanto nas execuções previdenciárias, quanto nas trabalhistas).	X		
33	Nas execuções suspensas por inércia do credor, a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado o movimento que indica a suspensão da execução e, se for o caso, posteriormente, o movimento que indica o arquivo provisório?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
34	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		
35	Nas execuções suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do artigo 161 do PGC e do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	X		
36	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	X		
37	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo de 30 dias para publicidade e de 05 dias para o executado pagar ou garantir a dívida, conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	X		
38	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	X		
39	A unidade julgou mais processos que os distribuídos, no ano de 2016? (Meta 1 do CNJ)		X	
40	A unidade julgou, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no primeiro grau? Em caso negativo, há quantos processos pendentes de solução? Quais? (Meta 2 do CNJ)	X		
41	A unidade baixou, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente? (Meta 5 do CNJ)		X	
42	A unidade aumentou em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014? (Meta específica pra Justiça do Trabalho)		X	
43	A unidade possui servidores atuando em regime de tele-trabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor e o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta condição.		X	

6 – SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**6.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG	X		
INCRA	X		
JUCEG	X		
SIMBA	X		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

6.2 – Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18		X
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
7.1.1 - Que a Secretaria da Vara do Trabalho providencie o lançamento correto dos seguintes movimentos estatísticos no sistema informatizado PJe-JT, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão: "SUSPENSO O PROCESSO POR EXECUÇÃO FRUSTRADA", "EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA INICIADA" e "EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA ENCERRADA" (quando se tratar de execução previdenciária, exclusivamente), nos termos do artigo 49 do PGC e do Provimento SCR/TRT 18º nº 3/2013, conforme apurado no item 7.2 – 10 e 16 do Relatório de Correição;		X	
7.1.2 - Que a Vara do Trabalho expeça ofício à Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos casos em que o reclamado não comprovar nos autos o envio da guia GFIP, conforme determinação contida no artigo 177, § 3º do PGC, conforme apurado no item 7.2 – 15 do Relatório de Correição;		X	
7.1.3 - O integral cumprimento do disposto no artigo 346 do PGC, visto que, em processos em que figura como reclamante pessoa idosa ou menor, não há a intimação do Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais, das sentenças proferidas e tampouco dos acordos homologados, conforme apurado no item 7.2 – 20 e 21 do Relatório de Correição.		X	

7.1.4 - Que a secretaria adote, em todos os processos, digitais ou físicos, as determinações constantes da Resolução Administrativa nº 81/2008, que trata da gestão documental na 18ª Região da Justiça do Trabalho, indicando a inexistência de pendências, cuidando para a correta classificação dos autos e documentos quando de seu arquivamento definitivo, inclusive a classificação da modalidade de guarda dos autos, se intermediária ou permanente, indicando os respectivos prazos de guarda, conforme a tabela de temporalidade aprovada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, por meio da Resolução nº 67/2010, e nos termos do artigo 336 do PGC, conforme apurado no item 7.2 – 1 do Relatório de Correição;		X	
7.1.5 - A observância pela secretaria do disposto no artigo 185 do PGC, quanto à necessidade de fazer constar de todas as publicações, nas ações de execução fiscal, o número das CDA's respectivas, conforme apurado no item 7.2 – 14 do Relatório de Correição;	X		
7.1.6 – Que a Secretaria da Vara se abstenha de suspender e arquivar provisoriamente as execuções em trâmite, sem que haja determinação expressa do juiz condutor do feito, em desacordo com a sistemática descrita no artigo 40 da Lei 6830/80, conforme apontamentos constantes do relatório de correição anexo, uma vez que o arquivamento provisório da execução pode implicar em extinção de direitos pela aplicação da prescrição intercorrente, conforme apurado no item 7.2 - 12 do Relatório de Correição. Assim, o Desembargador-Corregedor determinou à Unidade que realize a revisão de todos os processos arquivados provisoriamente no período correccionado, submetendo, quando necessário, o processo à apreciação judicial e intimando o exequente posteriormente.	X		

7.2 – Constatções decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, deixando de certificar a inexistência de pendências e de indicar o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTOOrd-0010148-34.2016.5.18.0018; RTOOrd-0010527-72.2016.5.18.0018; RTOOrd-0010842-03.2016.5.18.0018; RTOOrd-0011023-04.2016.5.18.0018; RTOOrd-0011271-67.2016.5.18.0018; RTSum-0010356-18.2016.5.18.0018; RTSum-0010466-17.2016.5.18.0018; RTSum-0010853-32.2016.5.18.0018).
2	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que NÃO constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: RTOOrd-0011965-73.2015.5.18.0017; RTOOrd-0010892-69.2015.5.18.0016; RTOOrd-0011845-61.2014.5.18.0018; RTOOrd-0011863-48.2015.5.18.0018; RTOOrd-0011466-86.2015.5.18.0018; RTOOrd-0012036-72.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010743-67.2015.5.18.0018 e RTOOrd-0011483-25.2015.5.18.0018).
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTOOrd-0011965-73.2015.5.18.0017; RTOOrd-0011845-61.2014.5.18.0018; RTOOrd-0011960-48.2015.5.18.0018; RTOOrd-0011863-48.2015.5.18.0018; RTOOrd-0011466-86.2015.5.18.0018; RTOOrd-0012036-72.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010743-67.2015.5.18.0018).
4	Nos processos a seguir relacionados, apurados por amostragem, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, NÃO são cumpridas as disposições do artigo 81 do PGC, uma vez que as atas e decisões homologatórias NÃO contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: RTOOrd-0010414-55.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010855-36.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010888-26.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010274-84.2016.5.18.0018; RTSum-0011542-13.2015.5.18.0018).
5	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe-JT, os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0010414-55.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010855-36.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010888-26.2015.5.18.0018; RTSum-0011656-49.2015.5.18.0018; RTSum-0011723-14.2015.5.18.0018; RTSum-0011825-36.2015.5.18.0018; RTSum-0010672-31.2016.5.18.0018).
6	Nos processos a seguir relacionados, em que houve CONCILIAÇÃO, constatou-se a utilização de conta judicial para pagamento dos acordos homologados, cumprindo o disposto na Recomendação TRT 18ª nº 1/2014 (processos: RTOOrd-0010414-55.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010855-36.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010888-26.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010274-84.2016.5.18.0018; RTSum-0011723-14.2015.5.18.0018; RTSum-0010672-31.2016.5.18.0018).
7	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho submete todos os processos ao CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA – CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, notificando os reclamados para uma audiência INICIAL, em que se deve apresentar defesa, sob pena de revelia (processos: RTOOrd-0010274-84.2016.5.18.0018; RTSum-0010672-31.2016.5.18.0018; RTSum-0010311-14.2016.5.18.0018; RTSum-0011723-14.2015.5.18.0018).
8	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6830/80, determinando a suspensão da execução (processos: RTSum-0010369-22.2013.5.18.0018, RTOOrd-0010074-14.2015.5.18.0018, RTOOrd-0011692-28.2014.5.18.0018, RTOOrd-0010239-95.2014.5.18.0018 e RTOOrd-0011154-81.2013.5.18.0018).

Item	Constatações
9	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram SUSPENSAS, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO LANÇA no sistema PJe-JT o movimento que indica a suspensão do processo por execução frustrada, determinada por decisão judicial, DESCUMPRINDO o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTSum-0010369-22.2013.5.18.0018, RTOOrd-0010074-14.2015.5.18.0018, RTOOrd-0011692-28.2014.5.18.0018, RTOOrd-0010239-95.2014.5.18.0018 e RTOOrd-0011154-81.2013.5.18.0018).
10	Nas EXECUÇÕES FISCAIS a seguir relacionadas, constatou-se que a Vara do Trabalho cita o executado, via postal, para pagar ou garantir a execução no prazo de cinco dias, nos termos do artigo 8º, I, da Lei 6.830/80 (processos: ExFis-0011693-76.2015.5.18.0018; ExFis-0011677-25.2015.5.18.0018; ExFis-0010216-18.2015.5.18.0018; ExFis-0010113-11.2015.5.18.0018; ExFis-0010406-15.2014.5.18.0018; ExFis-0011235-93.2014.5.18.0018).
11	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO EXPEDE ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, descumprindo o § 3º do artigo 177 do PGC (processos: RTSum-0010340-35.2014.5.18.0018; RTOOrd-0011856-27.2013.5.18.0018 e RTSum-0010010-72.2013.5.18.0018).
12	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO EXCLUSIVAMENTE PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO lança no sistema informatizado PJe-JT o movimento referente à extinção da execução, descumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTSum-0010584-27.2015.5.18.0018; RTOOrd-0011856-27.2013.5.18.0018 e RTSum-0010010-72.2013.5.18.0018).
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe-JT os valores referentes ao recolhimento previdenciário, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum-0010340-35.2014.5.18.0018; RTOOrd-0011856-27.2013.5.18.0018 e RTSum-0010010-72.2013.5.18.0018).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho lança corretamente no sistema informatizado PJe-JT os movimentos referentes ao início e ao fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PG (processos: RTSum-0010520-17.2015.5.18.0018; RTSum-0010797-33.2015.5.18.0018; RTSum-0010979-19.2015.5.18.0018 e RTAlç-0011451-20.2015.5.18.0018).
15	No processo a seguir relacionado, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO LIBERA imediatamente o depósito recursal ao exequente, após o trânsito em julgado da sentença, DESCUMPRINDO disposto no artigo 195 do PGC (processo: RTOOrd-0011853-38.2014.5.18.0018; RTOOrd-0011921-85.2014.5.18.0018 e RTOOrd-0011716-56.2014.5.18.0018).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD e RENAJUD, descumprindo o artigo 159 do PGC. Constatou-se, ainda que, a Vara do Trabalho NÃO exaure os meios de se encontrar os bens do executado, antes da suspensão da execução (art. 40 da LEF), como, por exemplo, a expedição de mandado de penhora e avaliação, desconsideração da personalidade jurídica e a expedição de ofícios aos cartórios de registro de imóveis, DESCUMPRINDO, assim, o disposto na Recomendação nº 2/CGJT de 2011, informada pelo Ofício Circular nº 17/2011/TRT18-SCR (processos: RTSum-0010314-03.2015.5.18.0018; RTSum-0010486-42.2015.5.18.0018 e RTSum-0010304-56.2015.5.18.0018 e RTSum-0010580-87.2015.5.18.0018).
17	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais, das sentenças proferidas ou dos acordos celebrados, em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, descumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTOOrd-0011484-44.2014.5.18.0018; RTSum-0010506-33.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010691-71.2015.5.18.0018; RTSum-0010821-61.2015.5.18.0018; RTOOrd-0011565-56.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010540-08.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010412-22.2014.5.18.0018; RTOOrd-0010873-57.2015.5.18.0018).

Item	Constatações
18	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, certifica os feriados, indica o rito adotado, o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envios dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no art. 128 do PGC (processos: RTOOrd-0010564-36.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010915-09.2015.5.18.0018; RTOOrd-0011120-38.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010998-25.2015.5.18.0018; RTOOrd-0011296-17.2015.5.18.0018; RTOOrd-0011182-78.2015.5.18.0018 e RTOOrd-0011561-19.2015.5.18.0018).
19	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe-JT o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOOrd-0010564-36.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010915-09.2015.5.18.0018; RTOOrd-0011120-38.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010998-25.2015.5.18.0018; RTOOrd-0011296-17.2015.5.18.0018; RTOOrd-0011182-78.2015.5.18.0018 e RTOOrd-0011561-19.2015.5.18.0018).
20	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, o juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos em grau de recurso ao Tribunal (processos: RTOOrd-0010564-36.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010915-09.2015.5.18.0018; RTOOrd-0011120-38.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010998-25.2015.5.18.0018; RTOOrd-0011296-17.2015.5.18.0018; RTOOrd-0011182-78.2015.5.18.0018 e RTOOrd-0011561-19.2015.5.18.0018).
21	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema informatizado PJe-JT o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd-0010915-09.2015.5.18.0018; RTOOrd-0010998-25.2015.5.18.0018; RTOOrd-0011296-17.2015.5.18.0018 e RTOOrd-0011561-19.2015.5.18.0018).
22	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho faz termo de remessa, indicando o rito adotado, o nome do Juiz prolator da sentença e os feriados, nos casos de envios dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no art. 128 do PGC (processos: RTOOrd 0011832-62.2014.5.18.0018; RTOOrd 0011416-94.2014.5.18.0018; RTOOrd 0010527-43.2014.5.18.0018 e RTOOrd 0010861-77.2014.5.18.0018).
23	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOOrd 0011832-62.2014.5.18.0018; RTOOrd 0011416-94.2014.5.18.0018; RTOOrd 0010527-43.2014.5.18.0018 e RTOOrd 0010861-77.2014.5.18.0018).
24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema informatizado PJe-JT o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOOrd 0011832-62.2014.5.18.0018; RTOOrd 0011416-94.2014.5.18.0018; RTOOrd 0010527-43.2014.5.18.0018 e RTOOrd 0010861-77.2014.5.18.0018).
25	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 1º/02/2016 e 29/07/2016, constatou-se que: (1º) o atraso médio para início das audiências é de 21 (vinte e um) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 15 (quinze) processos.
26	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 1º/02/2016 e 29/07/2016, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda-feira a quinta-feira.
27	Analisados os dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão, constatou-se que a unidade realizou 1020 audiências de instrução/una no período correccionado, o que corresponde a média diária de 3 audiências de instrução/una por magistrado.